



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Comarca: São Miguel do Oeste

Órgão do Ministério Público: 3ª Promotoria de Justiça

Inquérito Civil n. 06.2020.00004407-3

Data da Instauração: 3/5/2021

Partes: Celso Inácio Juchem

Objeto: Buscar a recuperação do dano ambiental resultante da supressão ilegal de 5.440m² (cinco mil quatrocentos e quarenta metros quadrados), de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração, na propriedade de Celso Inácio Juchem, localizada na Linha Índio, interior, Guaraciaba/SC.

Membro do Ministério Público: Maycon Robert Hammes

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça Maycon Robert Hammes, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Oeste-SC, de um lado, e **CELSO INÁCIO JUCHEM**, brasileiro, agricultor, RG n. 1.157.837, CPF 423.809.609-68, residente e domiciliado na Linha Olímpio, interior de Guaraciaba/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, de outro lado, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal, que dispõe que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, dentre outras atribuições constitucionais, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e Lei n. 7.347/85);

CONSIDERANDO que a Constituição da República estabelece, no artigo 225, § 3º, que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

[...]

§ 3º - **As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

sanções penais e administrativas, independentemente da **obrigação de reparar os danos causados**. (Grifado)

CONSIDERANDO que meio ambiente, segundo a definição contida na artigo 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/81, é *“o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”*;

CONSIDERANDO, segundo a Lei nº 12.651/12, em seu artigo 2º, definiu que *“As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem”*.

CONSIDERANDO que o artigo 38-A da Lei Federal nº. 9.605/98, prevê como ilícita a conduta de

Art. 38-A. destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção:
Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.938/81, em seu artigo 3º, III, define como poluição a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, e d) ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que as ações implementadas pelo Ministério Público, voltadas à proteção do meio ambiente, têm sido dirigidas com respeito aos princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade no tratamento dos interesses sociais envolvidos;

CONSIDERANDO que, nos autos n. 0000604-23.2014.8.24.0067, restou apurado que Celso Inácio Juchem teria determinado/concorrido para a supressão irregular de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em uma área de aproximadamente 5.440m² (cinco mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados), em sua propriedade situada na Linha Índio, interior de Guaraciaba/SC (Denúncia fls. 72-74, Sentença condenatória fls. 292-299 e Acórdão fls. 301-314);

CONSIDERANDO que a supressão (corte raso) ocorreu em área de vegetação nativa em estágio médio de regeneração, pertencente ao Bioma Mata



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Atlântica, o qual é considerado patrimônio nacional, objeto de especial preservação, sendo sua utilização autorizada somente em condições que assegurem a preservação do meio ambiente, na forma do art. 225, § 4º, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que para que houvesse a autorização de corte da vegetação na referida área, deveriam ser observadas as disposições previstas no artigo 17 da Lei nº 11.428/06, *verbis*:

Art. 17 O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

CONSIDERANDO que apesar da condenação criminal na Ação Penal n. 0000604-23.2014.8.24.0067, remanesce a necessidade de se efetuar a recuperação da área degradada, uma vez que é previsto na Constituição Federal o dever do Poder Público e da coletividade defender o meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, as sanções penais, civis e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei 9.605/98);

CONSIDERANDO que o art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81 prevê a responsabilidade civil objetiva - ou seja, independente da existência de culpa - concernente aos danos cometidos ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que, de acordo com o Assento n. 001/2013 do Conselho Superior do Ministério Público:

Art. 2º Consideram-se medidas compensatórias para fins deste Assento as seguintes modalidades:

- a) medida de compensação restauratória: corresponde à restituição de um bem jurídico a uma condição não degradada que deve ser o mais próximo possível da sua condição original;
- b) medida de compensação recuperatória: compreende a restituição de um bem jurídico a uma condição não degradada que pode ser diferente de sua condição original;
- c) medida de compensação mitigatória: corresponde à adoção de providências que visem à redução dos efeitos dos danos e/ou a sua prevenção e/ou precaução; e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

d) medida de compensação indenizatória: corresponde ao ressarcimento do dano mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro.

CONSIDERANDO que "A reparação do dano obedecerá, prioritariamente, a seguinte ordem, mediante o cumprimento de obrigação de fazer, consistente na: I - restauração do dano in natura, no próprio local e em favor do mesmo bem jurídico lesado; II - recuperação do dano in natura, no próprio local e/ou em favor do mesmo bem jurídico lesado; III - recuperação do dano in natura, porém substituindo o bem lesado por outro funcionalmente equivalente; e IV - substituição da reparação in natura por indenização pecuniária" (art. 4º do Assento n. 001/2013/CSMP).

CONSIDERANDO que tramita, nesta Promotoria de Justiça, o Inquérito Civil n. 06.2020.00004407-3, instaurado com o objetivo de promover a recuperação ambiental da área de 5.440 m² (cinco mil, quatrocentos e quarenta metros quadrados) de vegetação degradada (vegetação em estágio médio de regeneração), localizada na Linha Índio, interior, Guaraciaba/SC (Coordenadas 22J0242548 UTM7055846; 22J0242524 UTM7055764; 22J0242642 UTM7055781), em conformidade com as normas vigentes;

CONSIDERANDO a necessidade de serem adotadas providências visando a prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente;

CONSIDERANDO a expressa demonstração de interesse do Compromissário em pactuar o que adiante segue:

RESOLVEM

em comum acordo celebrar, com força de título executivo extrajudicial, o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), alterado pelo art. 113, § 6º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a recuperação da área de preservação permanente no imóvel de propriedade do Compromissário, na Linha Índio, interior, Guaraciaba/SC (Coordenadas 22J0242548 UTM7055846; 22J0242524 UTM7055764; 22J0242642 UTM7055781), que foi objeto da Ação Penal n. 0000604-23.2014.8.24.0067;

CLÁUSULA SEGUNDA: O Compromissário compromete-se a reparar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

os danos ocasionados ao meio ambiente, por meio da elaboração e execução de Projeto de Recuperação da Área Degradada (PRAD) identificada nos presentes autos (Linha Índio, interior, Guaraciaba/SC). A recuperação deverá ocorrer na mesma área que foi degradada e exclusivamente com espécies nativas, somente podendo ser efetivada em área diversa se houver aprovação do PRAD por órgão ambiental (IMA-SC ou Conder Ambiental).

Parágrafo primeiro: Para cumprimento da obrigação prevista no *caput*, o Compromissário deverá apresentar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 3 (três) meses, Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD, assinado por profissional habilitado.

Parágrafo segundo: Em caso de recuperação em área diversa, o Compromissário se compromete a apresentar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 6 (seis) meses, a aprovação do PRAD pelo órgão ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Compromissário se compromete a apresentar a esta Promotoria de Justiça – a primeira vez no prazo de 6 (seis) meses e as demais anualmente – laudos assinados por profissional habilitado, comprovando a implementação das medidas de recuperação ambiental previstas no PRAD (aprovado pelo órgão ambiental se tratar de recuperação em área diversa), até que a vegetação nativa atinja o estágio médio de regeneração (altura média de 4 metros), de acordo com o disposto no artigo 3º, inciso I, "b", da Resolução nº 04/94 do CONAMA;

CLÁUSULA QUARTA: Pelos danos pretéritos ocasionados ao meio ambiente, o Compromissário assume a obrigação de pagar a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo metade em benefício do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Município de Guaraciaba e metade em favor do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina. A primeira parcela vencerá no dia 10 seguinte ao mês de notificação para cumprimento, no procedimento administrativo instaurado para acompanhar a execução das cláusulas pactuadas.

Parágrafo único. A comprovação desta obrigação deverá ocorrer trimestralmente, por meio da apresentação dos comprovantes de quitação a esta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA QUINTA: Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste termo o Compromissário ficará sujeito à multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, valor esse devidamente atualizado pelo INPC a partir da assinatura deste instrumento e pela taxa SELIC a partir do descumprimento do acordado, a ser revertido metade em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Município de Guaraciaba e metade em favor do Fundo para a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas para a execução específica das obrigações assumidas e devida tutela dos direitos coletivos envolvidos; e

CLÁUSULA SEXTA: O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de natureza cível contra o Compromissário, com referência ao ajustado, caso venha a ser cumprido integralmente o disposto neste ajuste de condutas.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA: Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

CLÁUSULA NONA: As partes elegem o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

São Miguel do Oeste, 13 de maio de 2021.

Maycon Robert Hammes
Promotor de Justiça

Celso Inácio Juchem
Compromissário

Testemunha:

Gleika Maiara Kuhn Mocellin
CPF 078.594.099-50